

USP

Comissão de Atividades Acadêmicas

ATA DE 9.10.2023

387ª Sessão da Comissão de Atividades Acadêmicas do Conselho Universitário. Ata. Aos nove dias do mês de outubro de dois mil e vinte e três, às quinze horas, reúne-se, em formato híbrido, tanto presencialmente, na sala A de reuniões do Conselho Universitário, quanto por sistema de videoconferência, a Comissão de Atividades Acadêmicas, sob a presidência do Professor Doutor Pedro Vitoriano Oliveira e com a presença dos seguintes Senhores Conselheiros: Patrícia Gama, Paulo Martins e Ricardo Ivan Ferreira da Trindade, compareceram, de forma remota, os Senhores Conselheiros: Eloisa Silva Dutra de Oliveira Bonfá e Joubert José Lancha. Presente, também, a Senhora Secretária Geral, Prof.^a Dr.^a Marina Helena Cury Gallottini. Justificou a ausência o Senhor Conselheiro Gabriel Henrique Borges. **PARTE I – EXPEDIENTE:** Havendo número legal, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, comunicando que ele, a Conselheira Patrícia Gama e o Conselheiro Ricardo Ivan Ferreira da Trindade se reuniram com o M. Reitor, Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Júnior, o qual sugeriu que a CAA trate individualmente e pontualmente com cada Unidade cuja discrepância entre o número de professores seja muito grande, principalmente com aquelas Unidades em que há departamentos cujo número de docentes é menor do que quinze. A intenção, explica, é convidar os colegas Diretores dessas Unidades para conversar, realizando um trabalho em conjunto. A Conselheira Patrícia Gama considera que não é uma tarefa difícil, pois trata-se de poucas Unidades enquadradas neste perfil. A Conselheira Eloisa Silva Dutra de Oliveira Bonfá concorda que esta é a melhor opção, muito mais eficiente do que uma discussão geral. O Senhor Presidente esclarece que o diálogo deverá começar, evidentemente, com as Unidades com maiores problemas. A seguir, explica que o segundo ponto tratado com o Reitor foi a proposta de criação da Faculdade de Medicina de Bauru, a FMBRU. Recorda que o assunto seria tratado em reunião extraordinária do Conselho Universitário, a qual foi cancelada, pois o item foi retirado de pauta. Verificou-se a necessidade de estudar mais atentamente as questões sobre a sustentabilidade financeira da nova Unidade. Esclarece que, no âmbito desta CAA, a intenção é reavaliar o pedido e a quantidade de cargos de Professor Titular que está sendo solicitada. Informa que foi questionado por alguns colegas Diretores, pois está previsto na proposta que a FMBRU receba, compulsoriamente, dez cargos de Professor Titular, provenientes do Banco de Cargos da USP, em curto período, entre 2023

35 e 2027. O Senhor Presidente considera que, em que pese ser, em essência, um
36 indicativo da Unidade e que a concessão de cargos depende sempre da análise
37 de mérito por parte da CAA, é necessário que a Comissão reavalie a proposta e
38 seja cuidadosa na questão da concessão dos cargos. Comenta que, de acordo
39 com o último levantamento, há somente 58 cargos atualmente no Banco de
40 Cargos, sendo que 7 estão reservados para a EACH e 3 para a EEL. Desta
41 forma, no momento, é possível contabilizar somente 48 cargos disponíveis no
42 Banco. Se fossem concedidos 10 cargos para a FMBRU, restariam somente 38
43 cargos no Banco. Além disso, acrescenta que é necessário cautela em eventuais
44 distribuições de novos cargos e que há a necessidade de recolhimento de alguns
45 cargos. Assim, o Senhor Presidente solicita à Senhora Secretária Geral que o
46 processo com a proposta de criação da FMBRU seja reencaminhado à CAA para
47 reanálise. A seguir, o Senhor Presidente comenta que outro assunto discutido
48 com o M. Reitor foi sobre a abertura ou não de edital de concessão de novos
49 cargos. Explica que a sugestão do M. Reitor é privilegiar as Unidades que se
50 encontram abaixo da média USP, evidentemente que, com mérito para o
51 recebimento. Desta forma, a intenção é conceder cargos para Unidades que se
52 encontram em situação crítica, mas que tenham potencial, com massa crítica
53 suficiente para concorrer a eventuais cargos concedidos. Assim, esta CAA
54 deverá realizar uma análise crítica somente destas Unidades com necessidade
55 e potencial, para não criar expectativas desnecessárias nas demais Unidades.
56 O Conselheiro Paulo Martins considera prudente essa análise, pois entende que
57 a CAA tem a obrigação de tentar equalizar as diferenças entre as Unidades 4a
58 e 4b. O Conselheiro Joubert José Lancha concorda que a CAA tem os
59 instrumentos necessários para essa análise e que é possível construir esse
60 estudo de forma cuidadosa. O Conselheiro Ricardo Ivan Ferreira da Trindade
61 reitera que a intenção é não gerar uma enorme expectativa no conjunto de todas
62 as Unidades. A Conselheira Patrícia Gama afirma que, considerando o quadro
63 atual e a planilha de projeção, é possível equalizar e diminuir as diferenças entre
64 as Unidades. Recorda que EEL e EACH já têm vagas destinadas. Em se tratando
65 de Unidades, há cerca de quatro ou cinco abaixo da média, sem contar os
66 Museus e Institutos Especializados. O Senhor Presidente acrescenta que todos
67 os detalhes devem ser levados em consideração nessa análise. Explica que
68 essas informações serão reorganizadas e a decisão poderá ser tomada na

próxima reunião. Ato contínuo, o Senhor Presidente passa à discussão e votação da ata da 386ª sessão, realizada em 04/09/2023. Não havendo manifestações contrárias, a ata é aprovada. A seguir, o Senhor Presidente passa à **PARTE II – ORDEM DO DIA. A - RELATÓRIOS DE ATIVIDADES E SOLICITAÇÃO DE DESATIVAÇÃO DE NÚCLEOS DE APOIO ÀS ATIVIDADES DE CULTURA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Relator: Prof. Dr. PAULO MARTINS. PROCESSO 2014.1.466.58.7 – FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO.** Relatório Quadrienal de Atividades, referente ao período 2015-2019, bem como a solicitação de encerramento do Núcleo de Apoio às Atividades de Cultura e Extensão Universitária (NACE), denominado Clínica de Atendimento Periodontal a Pacientes com Envolvimento Sistêmico (PERIO-MED). **O Conselho de Cultura e Extensão Universitária**, em Sessão de 10 de março de 2022, aprova, nos termos do parecer da Câmara de Ação Cultural e de Extensão Universitária, o Relatório Quadrienal de Atividades 2015-2019 do Núcleo de Apoio à Cultura e Extensão Universitária – NACE PERIO-MED, ligado à Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto. **O Conselho de Cultura e Extensão Universitária**, em sua 201ª Sessão de 01 de dezembro de 2022, nos termos do parecer da Câmara de Ação Cultural e de Extensão Universitária, aprova o mérito do pedido de desativação do Núcleo de Apoio às Atividades de Cultura e Extensão Universitária – NACE PERIO-MED, ligado à Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto. **A CAA**, em sessão realizada em 20 de março de 2023, decide pela devolução do processo à PRCEU, pois não se encontrou nos autos quaisquer aprovações da CAA dos relatórios bienais ou quadrienais do Núcleo de Apoio às Atividades de Cultura e Extensão Universitária (NACE) denominado Clínica de Atendimento Periodontal a Pacientes com Envolvimento Sistêmico (PERIO-MED), desde a sua criação aprovada pela CAA em 14/09/2015, por meio da Resolução CoCEX nº 7116 de 23/09/2015. Além disso, não foi localizada Resolução CoCEX de continuidade das atividades do citado Núcleo. Após a inserção dos documentos citados, os autos podem ser encaminhados para que esta Comissão analise a solicitação de desativação do Núcleo de Apoio às Atividades de Cultura e Extensão Universitária (NACE) denominado Clínica de Atendimento Periodontal a Pacientes com Envolvimento Sistêmico (PERIO-MED). **A Assistente Técnico do Gabinete da PRCEU** informa que os autos tratam da criação, apresentação de relatórios e desativação

do Núcleo PERIO-MED, ligado à FORP. Nos termos da Resolução CoCEX 8052, de 11 de dezembro de 2020, artigo 30, a solicitação de desativação foi analisada pelo Conselho de Cultura e Extensão Universitária e aprovada em 01/12/2022. Ressalta que, nos termos da citada resolução, artigos 19 e 28, não há menção de que os relatórios de atividades anuais devem passar na CAA ou COP, razão pela qual nunca foram enviados. Quanto à resolução de continuidade, houve erro administrativo, pois, o Núcleo foi criado por meio da Resolução CoCEX nº 7116 de 23/09/2015, fl. 50, e por meio do ofício DCTBMFP 064.19.FORP/USP, de 10/10/2019, fl. 109, a Coordenadora solicitou à CCEX-FORP a prorrogação das atividades. Posteriormente, em 28/02/2020, a Unidade informou que o pedido de prorrogação havia sido inserido no Sistema Apolo e encaminhou o processo à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão em 02/03/2023 (Sistema Proteos). Em 14/05/2020, a Câmara de Ação Cultural e de Extensão Universitária analisou apenas o relatório de atividades quadrienal (2015-2019), não fazendo alusão à prorrogação das atividades, e devolveu o processo para complementação das informações. A Câmara analisou os esclarecimentos prestados e aprovou o relatório de atividades em 17/02/2022, ratificado pelo CoCEX em 14/03/2022. Por fim, em 23/09/2022 a Coordenadora do NACE – em resposta ao ofício Of. PRCEU-DVACULT-0011/2022 – complementou as informações do Núcleo e informou que não havia mais interesse em prorrogar as atividades, solicitando dessa forma o encerramento. O CoCEX analisou a solicitação e aprovou a desativação. Em 28/02/2023 a Chefe da Divisão de Ação Cultural encaminhou o processo à COP. Dessa forma, propõe-se a devolução dos autos à Secretaria Geral com vistas à análise da desativação, considerando o histórico e o fato de ter passado despercebido o pedido da Unidade de prorrogação à época. A CAA, em sessão realizada em 07/08/2023, retira os autos de pauta. A CAA, em sessão realizada em 04/09/2023, retira os autos de pauta. A **CAA** aprova o Relatório Quadrienal do Núcleo de Apoio às Atividades de Cultura e Extensão Universitária denominado Clínica de Atendimento Periodontal a Pacientes com Envolvimento Sistêmico – PERIO-MED, referente ao período 2015-2019, bem como a solicitação de desativação. O parecer da CAA é do seguinte teor: “O referido processo observa o ‘Relatório Quadrienal de Atividades’, referente ao período 2015-2019, bem como a ‘solicitação de encerramento’ do Núcleo de Apoio às Atividades de Cultura e Extensão Universitária (NACE), denominado

Clínica de Atendimento Periodontal a Pacientes com Envolvimento Sistêmico (PERIO-MED) a ser avaliado por esta Comissão. Em reunião da CAA de 20 de março de 2023, foi feita a devolução do processo à PRCEU, pois dele não constava em apenso quaisquer aprovações da CAA dos relatórios bienais ou quadrienais do Núcleo de Apoio às Atividades de Cultura e Extensão Universitária (NACE). Em devolutiva da PRCEU, há o esclarecimento de que nos termos da Resolução CoCEX 8052, de 11 de dezembro de 2020, não há menção de que os relatórios de atividades anuais devem passar na CAA ou COP. A PRCEU ainda informa que, quanto à questão da resolução de continuidade, 'houve erro administrativo' que foi devidamente esclarecido. Diante dos esclarecimentos prestados pela PRCEU e a aprovação do relatório de atividades em 17/02/2022, ratificado pelo CoCEX em 14/03/2022, consideramos aprovado o encerramento das atividades do referido núcleo." **PROCESSO 2012.1.994.58.1 – FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO (acompanha Processo 2004.1.363.58.3).** Relatório Final de Atividades e solicitação de desativação do Núcleo de Apoio às Atividades de Cultura e Extensão em Diagnóstico Odontológico (NACEDO). O Conselho do NACEDO, reunido em 18/12/2020, deliberou pelo encerramento das atividades do Núcleo. **Parecer da Câmara de Ação Cultural e Extensão Universitária:** recomenda a aprovação do relatório final do NACEDO, bem como a solicitação de encerramento de suas atividades. **Conselho de Cultura e Extensão Universitária:** aprova, em sessão de 1º/12/2022, a solicitação de desativação do Núcleo de Apoio às Atividades de Cultura e Extensão em Diagnóstico Odontológico (NACEDO). **Observação:** Não se encontrou nos autos a Resolução CoCEX que regulamentasse as atividades do Núcleo após 19/11/2018. **Decisão da CAA:** decide pela devolução do processo à PRCEU, pois não se encontrou nos autos a Resolução CoCEX que regulamentasse as atividades do Núcleo após 19.11.2018. Após a inserção do documento citado, os autos podem ser encaminhados para que esta Comissão analise a solicitação de desativação do Núcleo de Apoio às Atividades de Cultura e Extensão em Diagnóstico Odontológico (NACEDO) (20/03/2023). **A PRCEU informa** que não há resolução, uma vez que o processo retornou da Secretaria Geral, em 13/09/2021, com o despacho da CAA aprovando os relatórios e a prorrogação das atividades e não houve outros encaminhamentos nesse sentido. Destaca

que, de forma concomitante, durante o período de análise do pedido de prorrogação pelas instâncias pertinentes, o Núcleo solicitou à Pró-Reitoria, via e-mail em 14/04/2021, o encerramento das atividades. Assim, após a análise da Câmara e o atendimento às solicitações, o CoCEX aprovou a desativação. Dessa forma, propõe a devolução dos autos à Secretaria Geral com vistas à reanálise da desativação, considerando o histórico apresentado. **OBS: cabe esclarecer que a publicação da Resolução CoCEX regulamentando as atividades do Núcleo é de responsabilidade da PRCEU, após a devida aprovação dos relatórios e da prorrogação por esta CAA.** A CAA, em sessão realizada em 07/08/2023, retira os autos de pauta. A CAA, em sessão realizada em 04/09/2023, retira os autos de pauta. A **CAA** aprova o Relatório Final do Núcleo de Apoio às Atividades de Cultura e Extensão em Diagnóstico Odontológico – NACEDO, bem como a solicitação de desativação. O parecer da CAA é do seguinte teor: “Tem este o fito de avaliar o Relatório Final de Atividades e a solicitação de desativação do Núcleo de Apoio às Atividades de Cultura e Extensão em Diagnóstico Odontológico (NACEDO). Tendo sido aprovado pelo Conselho do referido núcleo em 18/12/2020 o encerramento das atividades do Núcleo, o processo foi encaminhado para a PRCEU para que desse os devidos encaminhamentos. Nesse sentido, a Câmara de Ação Cultural e Extensão Universitária recomendou tanto a aprovação do relatório final do NACEDO, bem como a solicitação de encerramento de suas atividades. Decisão que foi seguida pelo CoCEX em sessão de 1º/12/2022. Encaminhado o processo para análise desta CAA, verificou-se a carência nos autos da Resolução CoCEX que regulamentasse as atividades do Núcleo após 19/11/2018; elemento que sustentou a devolução do processo à PRCEU em 20/03/2023. Ocorre, entretanto, que a PRCEU informa que a SG, com o crivo da CAA em 13/09/2021, aprovou os relatórios e a prorrogação das atividades e não houve outros encaminhamentos nesse sentido, o que, de certa forma, eximiria nossa exigência do referido documento. Todavia, é digno de nota que a publicação de uma Resolução CoCEX regulamentando as atividades do Núcleo é de responsabilidade da PRCEU, após a aprovação dos relatórios e da prorrogação por esta CAA, o que não foi feito. Entretanto, acreditamos que acatar a extinção do núcleo é ato necessário já que não houve implicação acadêmica diante do embrolho administrativo.” **B - REGIMENTO DE UNIDADE. Relatora: Prof.^a Dr.^a**

ELOISA SILVA DUTRA DE OLIVEIRA BONFÁ. PROCESSO 2014.1.253.93.1
– INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO. Proposta de alteração do Regimento do Instituto de Arquitetura e Urbanismo. **OFÍCIO nº 11/2023/ATAc/IAU/USP:** o Diretor do IAU, Prof. Dr. Joubert José Lancha, envia Ofício à Senhora Secretária Geral, Prof.^a Dr.^a Marina Gallottini, encaminhando a proposta de reforma do Regimento do Instituto de Arquitetura e Urbanismo, **aprovada pela maioria absoluta dos membros** na 138ª Sessão da E. Congregação em 31/03/2023. Informa que tal proposta se faz necessária, principalmente, pela determinação do prazo de 1 ano do Art. 1º da Resolução ColP nº 8323, de 21 de setembro de 2022, para inclusão no Regimento da Unidade da Comissão de Inclusão e Pertencimento, uma vez instituída. Além desta determinação, a Unidade aproveitou o ensejo para realizar diversas atualizações em decorrência do longo prazo sem revisões de seu Regimento, bem como propor a inclusão da Comissão de Cooperação Internacional, melhor definição sobre alunos monitores, a questão de auxílios para ações afirmativas, entre outras. Explica que estas propostas são essenciais para organizar e dar estabilidade e transparência nas suas ações (31/03/2023). **Parecer PG. n.º 00933/2023:** “1. Trata-se de análise jurídico-formal de proposta de alteração do Regimento do IAU. 2. A proposta foi aprovada pela maioria dos membros da Congregação, em 31.03.23, nos termos do art. 39, inc. I, do Regimento Geral (fls. 58). 3. A iniciativa aborda os seguintes pontos: adequação da terminologia da ‘Comissão de Pesquisa’ para ‘Comissão de Pesquisa e Inovação’; criação da Comissão de Inclusão e Pertencimento; dentre outros. 4. A alteração da nomenclatura ‘Comissão de Pesquisa’ para ‘Comissão de Pesquisa e Inovação’, trata-se apenas de sua atualização, novidade introduzida pela Resolução nº 8228/2022. 5. A criação da Comissão de Inclusão e Pertencimento – CIP é autorizada pela Resolução ColP nº 8323/2022. A composição do colegiado será definida pelo Regimento da Unidade, observados os parâmetros estabelecidos pelo referido diploma normativo. 6. A Unidade pretende incluir a sua Comissão de Cooperação Internacional – CCInt em seu Regimento. Como a referida Comissão não constará como órgão de administração da Unidade, cujo rol previsto pelo Estatuto é taxativo (artigo 44), e não inclui a Comissão de Cooperação Internacional, não há vedação. A análise de mérito caberá às instâncias competentes, levando-se em conta a justificativa apresentada pela

proposta ('Justificativa para alteração' – fls. 48). 6.1. Pontuam-se apenas: 6.1.1. Numeração. Recomenda-se a adoção da numeração 'inciso III-A do art. 15'; 'Título III-A Da Comissão de Cooperação Internacional (CCInt)'; 'artigos 23-A'; '23-B'; '23-C' (em vez de inciso IV do art. 15; Capítulo VI; Artigos 25, 26 e 27, respectivamente), de forma a não alterar a numeração dos demais dispositivos vigentes. 6.1.1. Art. 26, inc. II (membro servidor técnico e administrativo). Não parece apropriado a mistura das funções de representante de categoria (que é eleito pelos seus pares) com a de responsável por secretariar o colegiado e outras funções administrativas (designado pelo Diretor). Uma solução possível seria prever duas figuras distintas, cada qual exercendo a sua respectiva atribuição: Art. 26 (...) II – um representante dos servidores técnicos e administrativos eleito por seus pares. § 2º - Cada membro terá um suplente escolhido da mesma forma que o titular, ~~exceto para o inciso II~~. § 5º - O mandato do representante dos servidores técnicos e administrativos será de _____, permitida _____. § 6º - O Diretor poderá designar um servidor técnico e administrativo para secretariar a CCInt, que ficará responsável pela sua área administrativa. 6.1.3. Constatou ainda (digitação): art. 26, incisos III ('...eleitos por seus pares') e IV ('...eleitos por seus pares'). 7. Numeração. Os artigos 31, 32 e 45 introduzidos pela proposta deverão ser numerados como artigos '26-A', '26-B', '38-A', respectivamente, mantendo-se a numeração dos demais dispositivos vigentes (art. 28 da proposta deverá ser mantido como art. 24 e assim por diante por todo o texto). 8. Art. 39 (Monitoria). A proposta inspira-se em recente alteração do Regimento do ICMC (fls. 56). Como orientado naquela situação, recomenda-se que a Unidade apresente justificativa específica para a previsão de monitorias em atividades não apenas dos cursos de graduação, como previsto pelo Regimento Geral (art. 209), bem como pela não previsão da participação do Departamento nos processos de seleção dos monitores (art. 209, parágrafo único), de forma a permitir a avaliação de mérito pelas instâncias competentes. 9. Art. 45 (apoio à permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade econômica). Iniciativa semelhante já é prevista pela Resolução nº 8360/22, que trata do Auxílio Permanência no âmbito da Política de Apoio à Permanência e Formação Estudantil da USP (PAPFE), aprovada 'ad referendum' da CLR e da COP. A criação de auxílios demanda a edição de norma específica e aprovação pelas instâncias competentes (CLR e COP).

Assim, caso se opte por manter o dispositivo da proposta, recomenda-se o acréscimo do seguinte texto ao seu final: ‘..., a ser regulamentado e aprovado pelas instâncias competentes’. Encaminha os autos à Direção do IAU, com urgência” (11/07/2023). **OFICIO N° 27/2023/ATAc/IAU/USP:** o Diretor do IAU, Prof. Dr. Joubert José Lancha, envia Ofício à Senhora Secretária Geral, Prof.^a Dr.^a Marina Gallottini, encaminhando a nova proposta de reforma do Regimento do Instituto de Arquitetura e Urbanismo, **aprovada pela maioria absoluta dos membros** na 141ª Sessão da E. Congregação em 25/08/2023. Informa que tal reforma atendeu às exigências do Parecer PG nº 00933/2023 às fls. 60-62, incluindo a justificativa solicitada no item 8 do documento, na coluna “justificativa para alteração” bem como foi excluída a proposta de inclusão de artigo que previa auxílio para ações afirmativas (25/08/2023). **Parecer PG. n.º 01269/2023:** “1. Vêm os autos à Procuradoria Geral, encaminhados pela Ilma. Sra. Secretária Geral, para continuidade da análise jurídico-formal de proposta de alteração do Regimento do Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos (fls. 80-104), após a emissão do Parecer PG. n. 933/2023 (fls. 74/77). 2. Dentre as principais alterações realizadas constam as seguintes: 2.1. Alteração do nome da Comissão de Pesquisa para Comissão de Pesquisa e Inovação, e inclusão de estudante de graduação e pós-doutorando no colegiado (Resoluções ColP n. 8227/2022 e 8463/2023); 2.2. Instituição da Comissão de Inclusão e Pertencimento (CIP); 2.3. Atualização da forma de eleição de presidente e vice-presidente das comissões estatutárias; 2.4. Inclusão da Comissão de Cooperação Internacional no Regimento da Unidade; 2.5. Possibilidade nos concursos docentes de apresentar memorial e realizar provas no idioma inglês; 2.6. Regulamentação da prova de arguição de concurso para o cargo de professor titular, nos termos do art. 158 do Regimento Geral; 2.7. Previsão de alunos monitores em atividades de graduação, pós-graduação, pesquisa e atividades de cultura e extensão universitária. 3. De acordo com a informação de fl. 88, a proposta atual foi maioria absoluta dos membros da Congregação. É o relatório. Passo a analisar. 4. Analisada a nova proposta, observo que todas as recomendações desse órgão jurídico contidas no Parecer PG. n. 933/2023 foram atendidas. 5. No que se refere a regulamentação prevista para alunos monitores, conforme orientado, o IAU apresentou a justificativa específica para a previsão de monitorias em atividades não apenas dos cursos de graduação, como

previsto pelo Regimento Geral (art. 209), bem como esclareceu que o IAU não se subdivide em Departamentos, motivo pelo qual caberá às respectivas comissões estatutárias e à CCInt a realização do processo de seleção. 6. Sendo o que me competia observar, submeto os autos à apreciação da Chefia, com sugestão de devolução à Secretaria Geral para análise da d. CLR.” A Procuradora Chefe da Procuradoria Acadêmica, Dr.^a Cristiana Maria Melhado Araújo Lima, manifesta-se de acordo com o Parecer n.º 1269/2023. Apenas retifica o item 3: onde se lê “*foi maioria absoluta*”, leia-se “foi aprovada por maioria absoluta.” Recomenda o encaminhamento dos autos à Secretaria Geral para a tramitação nas instâncias competentes (Comissão de Legislação e Recursos, Conselho Universitário, com análise prévia, quanto aos concursos docentes, da CAA) (22/09/2023). A **CAA** manifesta-se favoravelmente, no que se refere ao mérito acadêmico, à proposta de alteração do Regimento do Instituto de Arquitetura e Urbanismo-IAU, conforme parecer. O parecer da CAA é do seguinte teor: “Trata-se de proposta de alteração do Regimento do Instituto de Arquitetura e Urbanismo - IAU, aprovado pela Resolução nº 5935, de 26 de julho de 2011. O Diretor do IAU, Prof. Dr. Joubert José Lancha, em Ofício dirigido à Secretária-Geral da Universidade de São Paulo, Profa. Dra. Marina Gallottini (fl. 52), justificou a proposta de alterar o Regimento do IAU, haja vista a necessidade de regulamentar as questões atinentes à constituição da Comissão de Inclusão e Pertencimento, nos termos do artigo 1º da Resolução ColP nº 8323, de 21 de setembro de 2022, combinado com o artigo 1º das Disposições Transitórias da mesma Resolução ColP. Consta do Ofício que a Unidade visa, ainda, rever e atualizar diversas disposições, haja vista o longo período de sua constituição, e propor, dentre outras modificações, a inclusão da Comissão de Cooperação Internacional; melhor definição sobre atribuições de alunos monitores; e prever auxílio para ações afirmativas. Pontuou que as alterações no Regimento têm objetivo de ‘organizar e dar estabilidade e transparência nas suas ações’ e foram aprovadas por maioria absoluta dos membros da 138ª Sessão da e. Congregação da Unidade, realizada em 31.3.2023, conforme disposto no artigo 39, inciso I, do Regimento Geral. Referida proposta foi submetida à análise da Procuradoria Geral da USP que emitiu o Parecer PG nº 00933/2023, acolhido pelas respectivas Chefias, e, sob o aspecto formal, concluiu: i) que não há vedação legal para a inclusão, no Regimento, de Comissão de Cooperação

Internacional, porquanto a referida Comissão não será constituída como órgão de Administração da Unidade; ii) recomendou alterações na numeração de títulos, artigos e incisos; iii) alteração do inciso II do artigo 26, que cuida da composição da Comissão de Cooperação Internacional; iv) observou que a proposta de possibilitar monitoria para atividades fora do curso de graduação e da não previsão da participação do Departamento nos processos de seleção dependem de justificativa específica; v) por fim, no que tange ao Auxílio Permanência no âmbito da Política de Apoio à Permanência e Formação Estudantil da USP, pontuou que a criação de auxílios demanda a edição de norma específica e aprovação pela CLR e COP (fls. 60v/63). Seguiu-se, então, nova manifestação do Diretor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo – IAU, à Secretária-Geral da Universidade de São Paulo, informando que todas as exigências do Parecer PG^o 00933/2023 foram atendidas e, após as adequações, a nova proposta foi aprovada pela e. Congregação da Unidade, por maioria absoluta de seus membros, na 141ª Sessão, realizada em 25.8.2023 (fls.88/89). Submetida, novamente, à análise da Procuradoria Geral da USP, o órgão jurídico destacou o cumprimento das recomendações por ele apontadas, com a observação da respectiva Chefia de a proposta referente aos concursos de docentes tramitar pelas instâncias superiores, com prévia análise da CAA (fls. 91/93). As alterações propostas no Regimento do IAU, no que diz respeito aos concursos para Professor Doutor, Professor Titular e Livre-docência, estão disciplinadas nos artigos 28, 30 e 31, respectivamente. De proêmio, no que tange ao concurso de Professor Doutor, as alterações inseridas no artigo 28, §§ 1º e 2º (fls. 78/79) possibilitam que as provas sejam realizadas em português ou inglês, desde que exista justificado interesse, devendo a Congregação do IAU indicar a opção de provas em idioma estrangeiro na aprovação do edital da abertura do concurso. O memorial circunstanciado poderá ser redigido em português ou inglês. Os incisos V e VI do artigo 30 (fls. 80/81), propõem as alterações para o concurso de Professor Titular, cujas provas poderão ser realizadas em português ou inglês, devendo a Congregação do IAU indicar a opção de provas em idioma estrangeiro na aprovação do edital da abertura do concurso. Prevê, ainda, que o memorial circunstanciado poderá ser redigido em português ou inglês. Nos concursos de Livre-docência, os §§ 2º e 3º do artigo 31 (fls. 81/82) dispõem que o ‘memorial circunstanciado e a tese original ou texto

que sistematize criticamente a obra do candidato ou parte dela, apresentados no ato da inscrição, poderão ser redigidos em português ou inglês, em formato digital', assim como as provas do concurso de Livre-docência, havendo interesse justificado, poderão ser realizadas em português ou inglês. O IAU motivou as alterações, sob alegação de que a participação de candidatos estrangeiros, que dominam outro idioma, aumenta a diversidade e excelência acadêmica e amplia a projeção internacional. Resta certo que a possibilidade de se admitir a realização de provas e o memorial circunstanciado em português ou outro idioma, no caso aqui tratado, em inglês, está autorizada pelos artigos 133, I; 135, §8º; 150, I; 152, §2º, 165, I e 167, §3º do Regimento Geral. Verifica-se que nas alterações propostas, incluiu-se no artigo 30, que regulamenta o concurso do Professor Titular, o inciso II-A com o seguinte texto: 'Cada examinador disporá de até trinta minutos para arguir o candidato, assegurando a este igual tempo para a resposta.' O artigo 158 do Regimento Geral autoriza que a prova pública de arguição seja regulamentada nos Regimentos das Unidades. Assim, a referida inserção está inserida na autorização conferida neste aludido artigo. Por fim, nas disposições sobre o concurso de Livre-docência, excluiu-se o inciso II que dispunha: 'II - na prova pública de arguição e julgamento do memorial do concurso de livre-docência, os membros da Comissão Julgadora analisarão o grau de independência científica do candidato, medido pela sua participação efetiva em publicações de prestígio na área, pelo estabelecimento de linhas próprias de pesquisa, pelas suas atividades no ensino de graduação e pós-graduação, na extensão universitária e na gestão acadêmica, além da capacidade de formação de pessoal.' O artigo 171, §§ 1º e 2º do Regimento Geral dispõe sobre os requisitos para julgamento do mérito do candidato, elencados nos incisos I a VI. A exclusão do referido inciso II do Regimento do IAU não alterará a obrigação da Unidade seguir estas disposições do Regimento Geral. Desse modo, considerando o acima exposto, a CAA manifesta-se favoravelmente às alterações propostas para os concursos docentes do IAU, haja vista que estão em conformidade com as normas do Regimento Geral da USP, previamente analisadas pela Procuradoria Geral, e, do ponto de vista acadêmico, propiciará a ampliação da participação de estrangeiros residentes no país e candidatos ao concurso, como já se manifestou esta Comissão em casos análogos." **C - CRITÉRIOS DE UNIDADES. Relator: Prof. Dr. JOUBERT**

JOSE LANCHA. PROCESSO 2015.1.816.81.3 – FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE RIBEIRÃO PRETO.

Processo apenas em versão digital no sistema GR # 45. Proposta de revisão dos Critérios para Distribuição de Cargos de Professor Titular entre os Departamentos da FEARP. Ofício do Diretor da FEARP, Prof. Dr. Fábio Augusto Reis Gomes, ao Presidente da CAA, Prof. Dr. Pedro Vitoriano de Oliveira, encaminhando a proposta de revisão dos Critérios para Distribuição de Cargos de Professor Titular entre os Departamentos da Unidade, para apreciação da Comissão de Atividades Acadêmicas da USP. Esclarece que a proposta foi aprovada pela Congregação da FEARP em 31/08/2023 (04/09/2023). O documento apresentado pela Unidade informa as regras propostas tanto para Reposição de cargo de professor titular quanto para Alocação de cargos novos. Com relação à Reposição de cargo de professor titular, informa que os cargos de professor titular, por motivo de aposentadoria ou qualquer tipo de desvinculação do docente à Universidade, permanecerão no departamento de origem apenas quando: (i) a razão titulares/docentes do departamento for igual ou abaixo da razão titulares/docentes da USP, vigente à época da solicitação; e (ii) apresentar pelo menos dois professores associados habilitados no Departamento, conforme perfil acadêmico descrito em tópico específico do documento. Caso o departamento de origem não atenda aos dois critérios acima, a distribuição será feita com base nos critérios da alocação de cargos novos. A **CAA** aprova a proposta de revisão dos Critérios para Distribuição de cargos de Professor Titular entre os Departamentos da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, recomendando, conforme parecer, que a nota CAPES do Programa não seja usada como critério (C3), uma vez que a produção e a excelência acadêmica já são itens de avaliação (C1). O parecer da CAA é do seguinte teor: “A proposta de revisão dos Critérios para Distribuição de Cargos de Professor Titular entre os Departamentos da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, foi encaminhada pelo Diretor da Unidade e aprovada pela Congregação da FEARP em 31/08/2023. Essa revisão dos critérios aprovados em abril de 2021, para apreciação da Comissão de Atividades Acadêmicas da USP, atualiza alguns dados apresentados anteriormente, estabelece uma precisão maior para alguns critérios e mantém na íntegra a estrutura e o encadeamento dos critérios

estabelecidos. Sendo assim, esta Comissão é favorável à atualização proposta, porém, recomenda que a nota CAPES do Programa não seja usada como critério (C3), uma vez que a produção e a excelência acadêmica já são itens de avaliação (C1).” **D - SOLICITAÇÃO DE PERMANÊNCIA - SEMESTRAL (Item 4b das "Diretrizes gerais para distribuição e concessão de cargos de Professor Titular")**. Relator: Prof. Dr. PEDRO VITORIANO DE OLIVEIRA. **PROCESSO 2023.1.1022.2.9 – FACULDADE DE DIREITO (4b – média 28,04%).** *Processo apenas em versão digital no sistema GR # 2453.* Solicita a permanência dos seguintes cargos de Professor Titular: cargo nº 128830, em decorrência da vacância do Prof. Dr. Enrique Ricardo Lewandowski, em 27/04/2023, no Departamento de Direito do Estado (DES) e cargo nº 224588, em decorrência da vacância da Prof.^a Dr.^a Silmara Juny de Abreu Chinellato, em 31/08/2023, no Departamento de Direito Civil (DCV). Além disso, a FD solicita a permanência de mais dois cargos de Professor Titular, sendo o cargo nº 129380, em decorrência da vacância do Prof. Dr. Newton De Lucca, em 30/09/2022, no Departamento de Direito do Estado (DES) e o cargo nº 129364, em decorrência da vacância do Prof. Dr. Nelson Mannrich, em 17/04/2023, no Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário. Porém, a permanência destes dois cargos já foi concedida pela CAA em 17/04/2023. Essa informação foi explicada à Assistência Acadêmica da Unidade. Ainda assim, explicou a Assistente Acadêmica, a Unidade entende que deve pedir 4 vagas de Professor Titular e a Congregação encaminhou a solicitação dessa forma. Após a demonstração de mérito e aplicação dos critérios de distribuição de cargos de Professor Titular entre os departamentos da Unidade, aprovados pela CAA em 19/02/2021, a Unidade solicita que, se concedidos os 4 cargos, sejam distribuídos na seguinte ordem de prioridade: Direito do Estado (DES), Direito Civil (DCV), Direito Comercial (DCO) e Direito do Trabalho e da Seguridade Social (DTB). Aprovado pela Congregação em 31/08/2023. A **CAA** decide pelo retorno dos autos à Unidade, conforme parecer. O parecer da CAA é do seguinte teor: “O processo trata da solicitação de 4 (quatro) cargos de Professor Titular da Faculdade de Direito (FD), sendo 1 (um) para o Departamento de Direito do Estado (DES), por aposentadoria do Prof. Enrique Ricardo Lewandowski, 1 (um) para o Departamento de Direito Civil (DCV), por aposentadoria da Profa. Silmara Juny de Abreu Chinellato, 1 (um) para o Departamento de Direito Comercial (DCO),

por aposentadoria do Prof. Newton De Lucca e 1 (um) para o Departamento de Direito do Trabalho e da Seguridade Social (DTB), por aposentadoria do Prof. Nelson Mannrich. A matéria foi aprovada pela E. Congregação da FD em 31 de agosto de 2023. De acordo com os registros da Secretaria Geral e Comissão de Atividades Acadêmicas (CAA), o cargo do Prof. Dr. Newton De Lucca, vago em 30/09/2022 (nº 129380), do Departamento de Direito Comercial (DCO) foi designado para o Departamento de Direito do Estado (DES) e o cargo do Prof. Dr. Nelson Mannrich, vago em 17/04/2023 (nº 129364), do Departamento de Direito do Trabalho e da Seguridade Social (DTB) foi designado para o Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário (DEF) em Reunião da CAA de 17/04/2023. Cabe ainda ressaltar que os editais para o preenchimento desses cargos (nº 129380 e nº 129364) já foram abertos pela FD, conforme Editais nos. 33/2023 e 34/2023, publicados no DOE (p. 13) de 04/07/2023 e (p. 231) de 23/08/2023, respectivamente, portanto, não justificando a solicitação de retorno. A FD conta hoje com 138 docentes, distribuídos entre 9 departamentos, com um total de 34 Professores Titulares, tendo 5 cargos de Professor Titular em provimento e 2 cargos de Professor Titular vagos; 58 professores associados (15 MS-5.3, 16 MS-5.2 e 27 MS-5.1) e 46 professores doutores (15 MS-3.2 e 31 MS-3.1), e tendo 12 novos cargos de Professor Doutor em provimento ou a serem providos. A Unidade encontra-se no extrato 4b (28,04% da razão total titular/total de docentes), de acordo com as Diretrizes Gerais para Distribuição e Concessão de Cargos de Professor Titular da USP. O Departamento de Direito do Estado conta hoje com 16 docentes, 1 novo docente a ser contratado, 4 professores titulares, 1 em provimento e 1 vago e 5 professores associados. Entre os professores associados, todos possuem atividades de ensino na graduação, pós-graduação, possuem orientação de mestrado, doutorados e 2 supervisionam pós-doutores, apresentam produção científica de artigos, livros e capítulos de livros e 2 participam de projetos de pesquisa. O Departamento de Direito Civil conta hoje com 21 docentes, 6 professores titulares, 1 em provimento e 1 vago e 11 professores associados. Entre os professores associados e, conforme constam nas planilhas informadas, 5 possuem atividades de ensino na graduação, pós-graduação, possuem orientação de mestrado, doutorados e 2 supervisionam pós-doutores, apresentam produção científica de artigos, livros e capítulos de livros e de

atividades de gestão. No que tange à aplicação dos critérios de distribuição de cargos de Professor Titular estabelecidos pela FD, verifica-se a existência de pelo menos 2 potenciais candidatos aos cargos de Professor Titular dentre os Professores Associados lotados em cada um dos departamentos. Em Of.ATC/90/FD/25092023, encaminhado pelo Diretor da FD ao M. Reitor, a douta Congregação aprovou as 4 vagas e estabeleceu a seguinte ordem de prioridade aos departamentos que deveriam ser contemplados: Departamento de Direito do Estado (DES), Departamento de Direito Civil (DCV), Departamento de Direito Comercial (DCO) e Departamento de Direito do Trabalho e da Seguridade Social (DTB). Em decorrência de já ter concedido os cargos acima mencionados, a CAA concentrou a avaliação apenas nos 2 (dois) cargos de Professor Titular efetivamente vagos, 1 (um) do Departamento de Direito do Estado (DES) e 1 (um) do Departamento de Direito Civil (DCV), e, conforme consta na solicitação, poderá seguir a ordem de prioridade indicada na tabela que foram baseadas nos Critérios de Alocação de Cargos de Professor Titular da FD, aprovados pela CAA em 19/02/2022. Entretanto, considerando o equívoco cometido na solicitação das quatro vagas e o fato de não terem sido apresentadas justificativas para os retornos dos cargos ao Departamento de Direito do Estado e Departamento de Direito Civil, a CAA não gostaria de opinar sobre a distribuição desses cargos sem antes ouvir a douta Congregação da Faculdade de Direito. Concluindo, a CAA encaminha pelo retorno dos autos à Faculdade de Direito, solicitando justificativa do retorno dos 2 (dois) cargos vagos, bem como a indicação da prioridade para a distribuição dos mesmos.” **Relatora: Prof.^a Dr.^a ELOISA SILVA DUTRA DE OLIVEIRA BONFÁ. PROCESSO 2023.1.429.46.0 – INSTITUTO DE QUÍMICA (4b – média 37,36%).** *Processo apenas em versão digital no sistema GR # 2430.* Solicita a permanência dos seguintes cargos de Professor Titular: cargo nº 266108, em decorrência da vacância da Prof.^a Dr.^a Bianca Silvana Zingales, em 11/01/2023, no Departamento de Bioquímica (QBQ); cargo nº 265616, em decorrência da vacância do Prof. Dr. Fernando Rei Ornellas, em 14/04/2023, no Departamento de Química Fundamental (QFL); e o cargo nº 265675, vago em decorrência da vacância da Prof.^a Dr.^a Ohara Augusto, em 23/01/2023, no Departamento de Bioquímica (QBQ). Após a demonstração de mérito e aplicação dos critérios de distribuição de cargos de Professor Titular entre os departamentos da Unidade, aprovados pela CAA em 09/05/2022, a

Unidade apresenta a seguinte ordem de prioridade: 1º Cargo: Departamento de Bioquímica (QBQ); 2º Cargo: Departamento de Química Fundamental (QFL); 3º Cargo: Departamento de Bioquímica (QBQ). Aprovado pela Congregação em 24/08/2023. A **CAA** decide pelo retorno dos autos à Unidade, conforme parecer. O parecer da CAA é do seguinte teor: “Cuida-se de solicitação do Instituto de Química visando a permanência dos seguintes cargos de Professor Titular: cargo nº 266108, em decorrência da vacância da Profa. Dra. Bianca Silvana Zingales (11/01/2023), cargo nº 265675, em decorrência da vacância da Profa. Ohara Augusto (23/01/2023), ambos do Departamento de Bioquímica (QBQ), e cargo nº 265616, em decorrência da vacância do Prof. Dr. Fernando Rei Ornellas (14/04/2023), do Departamento de Química Fundamental (QFL). Os autos digitais vieram instruídos com os Critérios para a Distribuição de Cargos de Professor Titular entre os Departamentos do Instituto de Química da USP (aprovados pela CAA em 06/05/2022); justificativa para a permanência dos cargos mencionados, demonstração de aplicação dos critérios do IQ à proposta e tabelas CAA referentes aos Departamentos de Bioquímica e de Química Fundamental. O pedido foi aprovado pela Congregação da Unidade em 24/08/2023, indicando a seguinte priorização: 1º cargo para o Departamento de Bioquímica; 2º cargo ao Departamento de Química Fundamental e o 3º cargo ao Departamento de Bioquímica. Conforme as Diretrizes Gerais para a Distribuição e Concessão de Cargos de Professor Titular da USP, as Unidades que têm a relação entre o número de Professores Titulares que se pretende atingir e o número total de docentes, considerada a média dos últimos cinco anos, esteja acima 1,2 vezes a média da Universidade de São Paulo, devem ter suas solicitações de permanência de cargo avaliada semestralmente pela CAA, levando-se em consideração o seu mérito absoluto e relativo. É o caso do IQ, que na média dos últimos cinco anos tem a proporção em 37,36%. O IQ fundamenta seu pedido de permanência dos três cargos de Professor Titular em sua excelência acadêmica e qualidade docente, sendo a produção científica de relevo, como artigos científicos publicados (80% no estrato A Qualis CAPES), produção de patentes e criação de empresas spin-offs (34 pedidos de patentes, 13 concedidas e 01 licenciada entre 2018-2022 e criação de 4 startups por egressos da Pós-Graduação), além da participação dos docentes da Unidade em grandes projetos de pesquisa, contabilizando cerca de 40 milhões de reais

em captação de recursos externos. Cabe ainda destacar a excelência dos três programas de pós-graduação sediados na Unidade, todos com nota máxima (7) na CAPES. No que tange à aplicação dos critérios de distribuição de cargos de Professor Titular estabelecidos pelo IQ, verifica-se a existência de 34 potenciais candidatos aos cargos de Professor Titular dentre os Professores Associados lotados no Instituto, sendo que 24 deles atendem plenamente o perfil delineado pelos critérios internos. Considerando o cenário acima descrito, necessária análise de mérito da Unidade solicitante de forma absoluta e em relação às outras Unidades na mesma situação. A excelência acadêmica do IQ é incontestável, tendo em vista a já aludida produção científica e a qualidade de seu corpo docente. Destaca-se também o corpo de Professores Associados existente na Unidade, dos quais 24 Professores Associados ostentam condições plenas de assumir a titularidade, conforme análise à luz dos critérios internos do Instituto para mapear os potenciais candidatos ao concurso de Professor Titular. Tais aspectos demonstram de forma clara a excelência acadêmica e a existência de massa crítica que habilitam o IQ a pleitear a permanência dos três cargos de Professor Titular junto aos seus departamentos. Contudo, a solicitação não pode ser avaliada de forma isolada, tendo em vista que há outras Unidades que postulam permanência de cargos e outros critérios a serem analisados. Além do IQ, são Unidades postulantes de permanência de cargos de Professor Titular enquadrados no item 4, “b” das Diretrizes Gerais para a Distribuição e Concessão de Cargos de Professor Titular da USP, a FCF, FD, FEA, FMVZ, FSP e IF. Todas as Unidades envolvidas possuem mérito acadêmico e se destacam em suas áreas, por isso a dificuldade em compará-las. Resta à CAA critérios objetivos relativos à relação de docentes em cada Unidade, considerando que as Diretrizes Gerais para a distribuição de cargos de Professor Titular da USP têm como finalidade atingir uma relação adequada entre o número de Professores Titulares e o número total de docentes nas Unidades. O IQ conta atualmente com 32 Professores Titulares, 38 Professores Associados e 31 Professores Doutores, perfazendo 101 docentes. Considerando apenas os cargos providos, a relação de Professores Titulares e total de docentes do IQ é de 31,7%, a mais alta dentre todos os postulantes. Se considerarmos os cargos de Professor Doutor (11) e Professor Titular (4) em concurso, estes se providos, a proporção eleva-se para 35,6%. Em outro exercício, se considerarmos, ainda,

os 3 cargos de Professor Titular, ora em análise, temos o valor de 38,6%. Em comparação com as outras Unidades postulantes, considerando os mesmos aspectos, o IQ continuará sendo a Unidade com a maior proporção de Professores Titulares em relação ao total do corpo docente, o que parece contrariar a diretriz da Universidade de equilíbrio entre as categorias docentes. Ante o exposto, em que pese a excelência acadêmica do IQ demonstrada nos dados disponibilizados para análise, com destaque para o desempenho de seus programas de pós-graduação, do seu corpo docente e a disponibilidade de massa crítica plenamente apta para assumir cargos de Professor Titular, é inegável que o IQ tem um número significativo de Professores Titulares em relação ao total de seus docentes, situação destoante do contexto geral da Universidade. Registre-se que, embora o IQ tenha priorizado a permanência da primeira vaga ao departamento de Bioquímica, observa-se, diante das tabelas apresentadas, a disparidade do percentual de Professores Titulares em relação ao total de docentes de cada departamento da Unidade. Assim, considerando-se os cargos de Professor Doutor e Titular em provimento e a concessão de um cargo, ter-se-á o seguinte cenário: Departamento de Bioquímica terá uma proporção 39,5% de Professores Titulares e no Departamento de Química Fundamental o valor será de 29%. Diante desta discrepância, sugerimos que a vaga seja direcionada para um concurso supradepartamental. Desta forma, se a avaliação fosse baseada apenas na proporcionalidade entre categorias docentes, seria de rigor o indeferimento do pedido do IQ. Entretanto, considerando o mérito acadêmico e as especificidades do ensino, pesquisa e extensão da área de conhecimento, bem como a interação com outras áreas, a CAA considera como adequada a concessão de permanência de um cargo supradepartamental.” **Relator: Prof. Dr. JOUBERT JOSE LANCHÁ.**

PROCESSO 2023.1.818.10.5 – FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA E ZOOTECNIA (4b – média 28,82%). *Processo apenas em versão digital no sistema GR # 2449.* Solicita a permanência do cargo de Professor Titular nº 222372, em decorrência da vacância do Prof. Dr. Luciano Freitas Felicio, em 07/12/2022, no Departamento de Patologia (VPT). Após a demonstração de mérito e aplicação dos critérios de distribuição de cargos de Professor Titular entre os departamentos da Unidade, aprovados pela CAA em 17/12/2018 – que preconizam um perfil mínimo de Professor Associado para habilitação e que

apenas os Departamentos que possuam no mínimo dois docentes habilitados estão aptos à participação e posterior cálculo de distribuição –, a Unidade solicita que o referido cargo seja redistribuído para o Departamento de Clínica Médica (VCM). Aprovado pela Congregação em 16/08/2023. **A FMVZ ressalva que o panorama do quadro docente da Unidade utilizado foi o fixado em 1º/8/2023.** A CAA, com base na análise do mérito absoluto e relativo da solicitação, aprova, conforme parecer, que o cargo nº 222372 seja redistribuído do Departamento de Patologia (VPT) para o Departamento de Clínica Médica (VCM). O parecer da CAA é do seguinte teor: “A solicitação é apresentada com a demonstração do mérito acadêmico e a aplicação dos critérios estabelecidos pela Unidade e aprovados pela CAA. Assim, observados os critérios, a Unidade propõe que a vaga originária do Departamento de Patologia passa a ser utilizada pelo Departamento de Clínica Médica. Esta CAA é favorável à solicitação e observa que a Unidade deve, ainda, manifestar sua concordância diante da recomendação exarada e requisitada em 9/1/2019 por esta CAA (fls. 126). A CAA recomenda que na composição da Comissão Julgadora deste concurso, a diversidade étnico-racial e de gênero seja levada em consideração.” **Relatora: Prof.^a Dr.^a PATRÍCIA GAMA. PROTOCOLADO 2023.5.285.12.0 – FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ATUÁRIA (4b – média 31,71%).** *Processo apenas em versão digital no sistema GR # 2454.* Solicita a permanência dos seguintes cargos de Professor Titular: cargo nº 221490, em decorrência da vacância do Prof. Dr. Adalberto Américo Fischmann, em 27/04/2021, no Departamento de Administração (EAD); cargo nº 150150, em decorrência da vacância do Prof. Dr. José Augusto Guagliardi, em 17/09/2021, no Departamento de Administração (EAD); cargo nº 267651, em decorrência da vacância do Prof. Dr. Celso Claudio de Hildebrand e Grisi, em 18/03/2022, no Departamento de Administração (EAD) e cargo nº 1026895, em decorrência da vacância do Prof. Dr. José Roberto Securato, em 22/03/2022, no Departamento de Administração (EAD). Após a demonstração de mérito e aplicação dos critérios de distribuição de cargos de Professor Titular entre os departamentos da Unidade, aprovados pela CAA em 07/11/2022, a Unidade solicita que os referidos cargos sejam distribuídos da seguinte forma: 1º cargo: EAD; 2º cargo: EAE; 3º cargo: EAD; 4º cargo: EAE. Aprovado pela Congregação em 20/09/2023. A CAA, com base na análise do mérito absoluto e relativo da

solicitação, aprova, conforme parecer, a seguinte distribuição de cargos: - cargo nº 221490 permanece no Departamento de Administração (EAD); - cargo nº 150150 é redistribuído do Departamento de Administração (EAD) para o Departamento de Economia (EAE). Delibera, ainda, que os cargos nº 267651 e nº 1026895, vagos no Departamento de Administração (EAD), permanecem no Banco de Cargos da Universidade. O parecer da CAA é do seguinte teor: “Solicita a permanência dos seguintes cargos de Professor Titular: cargo nº 221490, em decorrência da vacância do Prof. Dr. Adalberto Américo Fischmann, em 27/04/2021, no Departamento de Administração (EAD); cargo nº 150150, em decorrência da vacância do Prof. Dr. José Augusto Guagliardi, em 17/09/2021, no Departamento de Administração (EAD); cargo nº 267651, em decorrência da vacância do Prof. Dr. Celso Claudio de Hildebrand e Grisi, em 18/03/2022, no Departamento de Administração (EAD) e cargo nº 1026895, em decorrência da vacância do Prof. Dr. José Roberto Securato, em 22/03/2022, no Departamento de Administração (EAD). Após a demonstração de mérito e aplicação dos critérios de distribuição de cargos de Professor Titular entre os departamentos da Unidade, aprovados pela CAA em 07/11/2022, a Unidade solicita que os referidos cargos sejam distribuídos da seguinte forma: 1º cargo: EAD; 2º cargo: EAE; 3º cargo: EAD; 4º cargo: EAE. Aprovado pela Congregação em 20/09/2023. Após a observação da justificativa e das tabelas apresentadas pela Unidade, nota-se que em termos acadêmicos, os docentes dos dois departamentos têm atividade em ensino em graduação e extensão e atuam em programas de pós-graduação de excelência. Os docentes também contribuem na gestão da Unidade e da Universidade. Em termos de recursos humanos, o quadro de docentes contém Professores Associados, é qualificado e em número adequado para garantir o processo. Em relação à solicitação de 4 cargos, por se tratar de uma Unidade que está no parâmetro 4b das diretrizes da Comissão, ou seja, está acima da média da Universidade, após a análise comparativa, a CAA considera a aprovação de 1 cargo para o departamento EAD e 1 cargo para o departamento EAE. A CAA considera importante que a Unidade avalie a distribuição de docentes nas diferentes etapas da carreira e incentive a ascensão de Professores Doutores para Professores Associados para que os departamentos tenham uma distribuição semelhante e equilibrada. Nesse sentido, a CAA decide pela aprovação de 2 cargos (1 cargo para o departamento

EAD e um 1 cargo para o departamento EAE) e pela permanência de 2 cargos no Banco de Cargos de Professor Titular da USP. A CAA, por fim, recomenda que na composição da Comissão Julgadora destes concursos, a diversidade étnico-racial e de gênero seja levada em consideração.” **PROCESSOS 2023.1.73.6.5 e 2023.1.17.6.9 – FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA (4b – média 33,15%).** *Processos apenas em versão digital no sistema GR # 2441 e # 2394.* Solicita a permanência dos seguintes cargos de Professor Titular: cargo nº 138797, em decorrência da vacância do Prof. Dr. Oswaldo Yoshimi Tanaka, em 31/08/2022, no Departamento de Política, Gestão e Saúde (HSP); cargo nº 138606, em decorrência da vacância do Prof. Dr. Carlos Augusto Monteiro, em 02/03/2023, no Departamento de Nutrição (HNT); cargo nº 1016628, em decorrência da vacância da Prof.^a Dr.^a Sandra Roberta Gouvea Ferreira Vivolo, em 31/03/2023, no Departamento de Epidemiologia (HEP) e cargo nº 157457, em decorrência da vacância da Prof.^a Dr.^a Helena Ribeiro, em 25/06/2023, no Departamento de Saúde Ambiental (HSA). Após a demonstração de mérito e aplicação dos critérios de distribuição de cargos de Professor Titular entre os departamentos da Unidade, aprovados pela CAA em 11/04/2022, a Unidade solicita que os referidos cargos permaneçam nos departamentos de origem. Aprovado pela Congregação nas sessões de 27/04/2023, 29/06/2023 e 28/09/2023. A **CAA**, com base na análise do mérito absoluto e relativo da solicitação, aprova, conforme parecer, a seguinte distribuição de cargos: - cargo nº 138797 permanece no Departamento de Política, Gestão e Saúde (HSP); - cargo nº 138606 permanece no Departamento de Nutrição (HNT); - cargo nº 157457 permanece no Departamento de Saúde Ambiental (HSA); Delibera, ainda, que o cargo nº 1016628, vago no Departamento de Epidemiologia (HEP), permanece no Banco de Cargos da Universidade. O parecer da CAA é do seguinte teor: “Solicita a permanência dos seguintes cargos de Professor Titular: cargo nº 138797, em decorrência da vacância do Prof. Dr. Oswaldo Yoshimi Tanaka, em 31/08/2022, no Departamento de Política, Gestão e Saúde (HSP); cargo nº 138606, em decorrência da vacância do Prof. Dr. Carlos Augusto Monteiro, em 02/03/2023, no Departamento de Nutrição (HNT); cargo nº 1016628, em decorrência da vacância da Prof.^a Dr.^a Sandra Roberta Gouvea Ferreira Vivolo, em 31/03/2023, no Departamento de Epidemiologia (HEP) e cargo nº 157457, em decorrência da vacância da Prof.^a Dr.^a Helena Ribeiro, em

25/06/2023, no Departamento de Saúde Ambiental (HSA). Após a demonstração de mérito e aplicação dos critérios de distribuição de cargos de Professor Titular entre os departamentos da Unidade, aprovados pela CAA em 11/04/2022, a Unidade solicita que os referidos cargos permaneçam nos departamentos de origem. Aprovado pela Congregação nas sessões de 27/04/2023, 29/06/2023 e 28/09/2023. Diante disso, a CAA observa que a unidade submeteu dois processos distintos para solicitar 4 cargos, porém como foram encaminhados separadamente, não foi aplicada a iteração entre os departamentos. Segundo as justificativas e as tabelas apresentadas, embora existam diferenças nos tipos de produção, os quatro departamentos têm mérito quanto à dedicação em atividades de ensino, pesquisa e extensão. O quadro de docentes contém Professores Associados em número suficiente e qualidade para garantir o processo. Por se tratar de uma Unidade que está no parâmetro 4b, ou seja, acima da média da Universidade, após a análise comparativa, a CAA considerou a aprovação de 3 cargos, sendo 1 (um) para o Departamento de Nutrição (HNT), 1 (um) para o Departamento de Política, Gestão e Saúde (HSP) e 1 (um) para o Departamento de Saúde Ambiental (HSA). Para essa atribuição, a Comissão considerou o equilíbrio da distribuição entre os departamentos na Unidade, e nesse sentido, a Comissão recomenda que 1 (uma) das vagas permaneça no Banco de Cargos de Professor Titular da USP. A CAA recomenda que na composição da Comissão Julgadora destes concursos, a diversidade étnico-racial e de gênero seja levada em consideração.” **Relator: Prof. Dr. RICARDO IVAN FERREIRA DA TRINDADE.** **PROCESSO 2023.1.662.9.1 – FACULDADE DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS (4b – média 33,51%).** *Processo apenas em versão digital no sistema GR # 2411.* Solicita a permanência dos seguintes cargos de Professor Titular: cargo nº 1026860, em decorrência da vacância da Prof.^a Dr.^a Elfriede Marianne Bacchi, em 14/04/2021, no Departamento de Farmácia (FBF); cargo nº 145084, em decorrência da vacância da Prof.^a Dr.^a Silvia Maria Franciscato Cozzolino, em 02/05/2022, no Departamento de Alimentos e Nutrição Experimental (FBA). Após a demonstração de mérito e aplicação dos critérios de distribuição de cargos de Professor Titular entre os departamentos da Unidade, aprovados pela CAA em 21/02/2022, a FCF solicita que os referidos cargos sejam distribuídos para a Unidade, como um todo. Aprovado pela Congregação em 11/08/2023. A **CAA**, com base na análise do

783 mérito absoluto e relativo da solicitação, aprova que o cargo nº 1026860, vago
784 no Departamento de Farmácia (FBB), seja redistribuído para a Faculdade de
785 Ciências Farmacêuticas (FCF) como um todo, nos termos do § 2º do artigo 122
786 do Regimento Geral. Delibera, ainda, que o cargo nº 145084, vago no
787 Departamento de Alimentos e Nutrição Experimental (FBA), permanece no
788 Banco de Cargos da Universidade. O parecer da CAA é do seguinte teor: “O
789 processo trata de solicitação de retorno de dois cargos de Professor Titular à
790 Faculdade de Ciências Farmacêuticas da USP, em virtude das aposentadorias
791 da Prof.^a Dr.^a Elfriede Marianne Bacchi, em 14/04/2021, no Departamento de
792 Farmácia e da vacância da Prof.^a Dr.^a Silvia Maria Franciscato Cozzolino, em
793 02/05/2022. As solicitações foram aprovadas em reunião da Congregação da
794 FCF em 11/08/2023. Em sua justificativa, a Unidade aponta uma quantidade
795 significativa de docentes associados (24), com uma grande proporção deles em
796 nível MS5-3 (67%). Portanto, há uma demonstração da demanda qualificada
797 para as vagas solicitadas. Seguindo os critérios da Unidade, todos os concursos
798 para Professor Titular são para todos os Departamentos. São considerados
799 “habilitados” para fins de justificativa das vagas de titular, aqueles professores
800 associados que cumprem uma série de critérios elencados em seu documento
801 de diretrizes para distribuição de cargos de professor titular, diretrizes, essas,
802 aprovadas pela CAA. Observando-se os últimos 5 anos, como demandam as
803 Diretrizes Gerais da CAA, a FCF tem uma proporção de titulares bastante
804 elevada, de 33,51%, colocando-a dentro da categoria 4b, i.e. acima de 1,2x
805 (26,4%) a média da USP (22%). Dois Departamentos da Unidade têm um
806 percentual particularmente elevado, com 39,1% (Análises Clínicas
807 Toxicológicas, FBC) e 33,3% (Tecnologia Bioquímico-Farmacêutica, FBT),
808 mesmo considerando os novos claros atribuídos pela Reitoria a esta Unidade
809 nas últimas rodadas de distribuição. A distribuição de professores titulares na
810 USP é bastante heterogênea. O número de docentes MS-6 da Universidade é
811 de 1.328, com uma proporção por Unidades que varia de 5,6% a 40%. Quando
812 considerados os diferentes departamentos, esta distribuição se mostra ainda
813 mais desigual, variando de 3,2% a 53,3%. Mesmo considerando as últimas
814 distribuições de claros docentes, esta proporção varia de 2,9% a 50%. Além
815 disso, a quantidade de claros MS-6 disponíveis para atribuição a novos cursos
816 atualmente é bastante restrita, o que impede a distribuição de novas vagas em

817 cursos novos e em áreas emergentes. De forma a reduzir estas diferenças, mas
818 considerando o mérito de cada unidade e a massa crítica disponível para os
819 concursos de Titular, a CAA poderá reter uma parte das vagas solicitadas em
820 seu banco de claros MS-6. Sendo assim, a CAA opta pelo retorno de uma vaga
821 para a Unidade, permanecendo a outra no Banco de Cargos de Professor Titular
822 da Universidade.” **PROCESSO 2022.1.697.43.9 – INSTITUTO DE FÍSICA (4b –**
823 **média 35,35%).** *Processo apenas em versão digital no sistema GR # 1745.*
824 Solicita a permanência dos seguintes cargos de Professor Titular: cargo nº
825 239011, em decorrência da vacância do Prof. Dr. Manoel Roberto Robilotta, em
826 13/05/2022, no Departamento de Física Nuclear (FNC); cargo nº 267171, em
827 decorrência da vacância do Prof. Dr. Ricardo Magnus Osorio Galvão, em
828 21/06/2022, no Departamento de Física Aplicada (FAP) e cargo nº 222585, em
829 decorrência da vacância da Prof.^a Dr.^a Maria Teresa Moura Lamy, em
830 12/07/2022, no Departamento de Física Geral (FGE). Após a demonstração de
831 mérito e aplicação dos critérios de distribuição de cargos de Professor Titular
832 entre os departamentos da Unidade, aprovados pela CAA em 17/04/2023, a
833 Unidade informa que os cargos solicitados serão abertos em concursos
834 supradepartamentais para os seis departamentos do Instituto de Física.
835 Aprovado pela Congregação em 31/08/2023. A **CAA**, com base na análise do
836 mérito absoluto e relativo da solicitação, aprova que os cargos nºs 239011 e
837 222585, vagos, respectivamente, no Departamento de Física Nuclear (FNC) e
838 no Departamento de Física Geral (FGE), sejam redistribuídos para o Instituto de
839 Física (IF) como um todo, nos termos do § 2º do artigo 122 do Regimento Geral.
840 Delibera, ainda, que o cargo nº 267171, vago no Departamento de Física
841 Aplicada (FAP), permanece no Banco de Cargos da Universidade. O parecer da
842 CAA é do seguinte teor: “O processo trata de solicitação de retorno de três cargos
843 de professor titular para o Instituto de Física da USP, em virtude das
844 aposentadorias do Prof. Dr. Manoel Roberto Robilotta, em 13/05/2022, no
845 Departamento de Física Nuclear (FNC), do Prof. Dr. Ricardo Magnus Osorio
846 Galvão, em 21/06/2022, no Departamento de Física Aplicada (FAP) e da Prof.^a
847 Dr.^a Maria Teresa Moura Lamy, em 12/07/2022, no Departamento de Física
848 Geral (FGE). Observando-se os últimos 5 anos, como demandam as Diretrizes
849 Gerais da CAA, o IF tem uma proporção de titulares bastante elevada, de
850 33,67%, bem acima de 1,2x (26,4%) média da USP (22%), sendo classificada

851 como 4b na de acordo com as Diretrizes Gerais para Distribuição de Cargos de
852 Professor Titular, aprovada pelo Co em 3 de março de 2015. A distribuição dos
853 cargos de titular é razoavelmente equilibrada entre os diferentes departamentos,
854 exceto pelo Departamento de Física Geral (FGE), que, mesmo considerando os
855 novos claros atribuídos pela Reitoria a esta Unidade nas últimas rodadas de
856 distribuição, tem cerca de 43,8% de MS-6, e está entre os poucos
857 Departamentos de toda a USP com percentual de titulares superior a 40%. No
858 IF, de acordo com os critérios aprovados recentemente, os concursos são
859 sempre supra-departamentais. De acordo com a sistemática adotada na
860 unidade, cabe a uma comissão *ad-hoc* definir os perfis dos novos claros, a partir
861 de propostas de áreas e perfis encaminhadas por docentes ou Departamentos,
862 atendendo aos seguintes critérios: (1) necessidade de lideranças em
863 determinadas áreas de pesquisa; considera-se também a possibilidade de atrair
864 lideranças de fora do IF para contribuir com a área científica indicada; (2)
865 necessidade de fortalecer uma determinada área de pesquisa com potencial
866 futuro; (3) garantir a competitividade dos concursos, ou seja, o número de
867 professores associados qualificados na área sugerida. A comissão também pode
868 combinar áreas correlatas para aumentar o número de candidatos potenciais.
869 Esta forma de distribuição favorece a ampla competição pelas vagas oferecidas
870 ao mesmo tempo em que permite à instituição contemplar diferentes áreas de
871 conhecimento, de acordo com suas necessidades. A distribuição de professores
872 titulares na USP é bastante heterogênea. O número de docentes MS-6 da
873 Universidade é de 1.328, com uma proporção por Unidades que varia de 5,6% a
874 40%. Quando considerados os diferentes departamentos, esta distribuição se
875 mostra ainda mais desigual, variando de 3,2% a 53,3%. Mesmo considerando as
876 últimas distribuições de claros docentes, esta proporção varia de 2,9% a 50%.
877 Além disso, a quantidade de claros MS-6 disponíveis para atribuição a novos
878 cursos atualmente é bastante restrita, o que impede a distribuição de novas
879 vagas em cursos novos e em áreas emergentes. De forma a reduzir estas
880 diferenças, mas considerando o mérito de cada unidade e a massa crítica
881 disponível para os concursos de Titular, a CAA poderá reter uma parte das vagas
882 solicitadas em seu banco de claros MS-6. No caso da solicitação do IF, a unidade
883 tem 47 professores associados aptos a se candidatar às vagas MS-6 pleiteadas.
884 Dentre estes, 81% são bolsistas de Produtividade do CNPQ. Nos últimos 5 anos,

885 estes docentes publicaram em média 5,6 artigos por ano, orientaram em média
886 10 alunos por docente e coordenam no total 78 projetos financiados por agências
887 de fomento. Este conjunto de indicadores demonstra a grande qualidade do
888 conjunto de candidatos potenciais às vagas pleiteadas. O IF já conta, hoje, com
889 15 cargos de professor doutor em provimento e 2 de professor titular. Com
890 relação a esta solicitação, a CAA opta pelo retorno de duas das três vagas
891 pleiteadas, retendo somente uma das vagas no Banco de Cargos da
892 Universidade.” Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a
893 presença de todos, dando por encerrada a reunião às 17h50. Do que, para
894 constar, eu _____, Priscilla Dantas de Lima,
895 Técnica para Assuntos Administrativos, designada pela Senhora Secretária
896 Geral, lavrei e solicitei que fosse digitada esta Ata, que será examinada pelos
897 Senhores Conselheiros presentes à sessão em que a mesma for discutida e
898 aprovada, e por mim assinada. São Paulo, 9 de outubro de 2023.